

Legado dos megaeventos: o Brasil vai perder esse jogo?

Cristiane Delfina e Denise Pereira

Reportagem

Quando você estiver lendo este texto, o Brasil estará muito perto de iniciar o evento mais esperado pela nação nos últimos 64 anos. Faltarão menos de 60 dias para o país receber o futebol mundial; mas nem toda expectativa estará voltada apenas para dentro das 12 arenas ampliadas ou construídas, outras questões relevantes estarão em jogo fora do campo e depois das partidas. Entre elas, o maior desafio será o Brasil provar que conseguiu realizar, dentro de padrões de qualidade aceitáveis, um evento global, com público planetário, multicultural e multirracial; e muito mais: que esse evento garantirá um legado positivo para seu povo.

Esse legado tão esperado, se vier, é que terá sabor de vitória no final do campeonato e vai revelar se o país jogou na retranca, na hora de planejar e realizar as suas transformações; se conseguiu ir à frente e não só bater na trave, perdendo oportunidades de mudanças; ou se alcançou conquistas mesmo com aquele placar tímido, apertado mesmo. A desconfiança da torcida é enorme. Mesmo com a paixão pelo futebol falando alto, a sociedade espera por resultados que perdurem nas áreas sociais, esportiva, na infraestrutura envolvendo a mobilidade e recuperação urbana; que contribuam com a economia e os negócios, com a segurança e a imagem do país. Experiências bem-sucedidas confirmam o potencial dos megaeventos e os avanços significativos que eles podem trazer à sociedade. Entretanto, existem inúmeras armadilhas para quem sedia eventos de tal complexidade e as expectativas podem se transformar em frustrações se os avanços forem modestos.

O Brasil já amargou derrotas com os Jogos Pan-americanos, em 2007, e pode não ter aprendido a lição. Vittorio Lo Bianco, mestre em políticas públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ) e autor da tese “O legado dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro pós-sede”, afirma que, no caso dos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro, infelizmente, as promessas não foram cumpridas e as expectativas foram frustradas. “As promessas feitas pelo poder público, em especial pela prefeitura do Rio de Janeiro, abrangiam a possibilidade de um legado comparável ao de uma edição de jogos bem organizada, contemplando obras de infraestrutura por toda a cidade, como modificações no transporte, na habitação e na área social”, diz.

Após o evento, o que se viu foi a subutilização e descarte de estruturas construídas, como o velódromo (demolido em 2013), a interdição do estádio do Engenhão, por falha em sua cobertura, e outras unidades usadas apenas esporadicamente para eventos de modalidades diversas. Essa preocupação com o mau uso – ou mau planejamento – é apontada pelo professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Varley Costa, doutor em ciências do esporte e ex-treinador de futebol. “O Mineirão, aqui (em Minas) é muito bem administrado, mas será que a Arena Pantanal, onde não existe futebol de alto rendimento, será bem administrada? Será que algum consórcio topará

assumir um equipamento esportivo que será deficitário no final do mês? Quem vai pagar essa conta?”, questiona.

Em razão desses problemas, Lo Bianco defende que a sociedade deve se mobilizar em torno de cobranças para que a agenda de encargos da cidade seja respeitada nos megaeventos. “Não podemos aceitar uma cidade transformada em objeto de desejo de investimentos privados, mas que renega os direitos sociais, ou os camufla durante os eventos, e os esquece em seguida. Desde já é importante cobrarmos o que será feito tanto com os estádios da Copa quanto com as instalações olímpicas”, sugere. “Alguns setores ainda apontam para um legado oposto às expectativas, o de aprofundamento de desigualdades a partir de mecanismos como remoção forçada em comunidades carentes, favelas, um enfrentamento agudizado entre o poder público e os movimentos de resistência, com possíveis violações de direitos, e o deslocamento de investimentos públicos para áreas que não as de demanda social”, acrescenta.

Por outro lado, Lo Bianco argumenta que, a partir do Pan, a cidade ganhou maior visibilidade internacional. “O Pan contribui para a exposição da cidade, para a atração de investimentos e para a possível busca de novas oportunidades em geral. O que cabe questionarmos é para quem são vantajosos esses novos investimentos, essas novas oportunidades e essa projeção da cidade? Que cidade é essa? É uma cidade boa para empresários e ruim para a população?”

Segundo Lo Bianco, apesar de, no discurso, os Jogos Olímpicos serem um espetáculo vendido nacional, e até continentalmente, é sabido que os legados, quando existentes, localizam-se basicamente na cidade organizadora e em sua região imediata. “Claro que há a expectativa de movimentação na economia, no turismo e na projeção do país como um todo, o que, tangencialmente, geraria benefícios coletivos. Todavia, o impacto em relação à infraestrutura, às questões sociais, ambientais etc, quando existe de fato, fica bastante restritos à cidade-sede”.

Esporte social e esporte de alto rendimento

Os frutos esperados de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas não são somente materiais e incluem desenvolvimento social em suas diversas ramificações. Lo Bianco conta que, no caso do Pan de 2007, foram previstos impactos positivos do evento para os esportes, a educação e a inclusão social. “As promessas que englobavam a educação estavam centradas no incremento ao programa municipal de Vilas Olímpicas e na presença cada vez maior do esporte nas escolas como ferramenta de cidadania e inclusão social”. Segundo ele, diversos relatórios apontam que as metas não foram cumpridas. Lo Bianco avalia que essa é uma preocupação sobre o que poderá ocorrer até 2016, quando essas promessas serão potencializadas, em especial, centradas no incremento de programas como o Segundo Tempo (do Ministério do Esporte, com atividades esportivas monitoradas no contraturno escolar) e o Mais Educação, além de jogos escolares e universitários.

Varley Costa também constata que, durante esses grandes eventos, os esportes em evidência induzem à prática e busca por cursos de formação e compra de equipamentos como bolas e chuteiras. A indústria esportiva movimenta nosso comércio, mas, segundo ele, elementos importantes para fazer do Brasil um país de destaque no esporte não se alterarão significativamente após o evento. Além disso, empresas privadas que investem

em diversos esportes não aumentam o capital investido; ao invés disso, elas decidem concentrar seus investimentos nos esportes em destaque, deixando órfãs as modalidades “menos atraentes”, em que antes investiam. Costa conclui, desta forma, que pouco se altera realmente na circulação do investimento direcionado ao esporte de alto rendimento em virtude de copas e olimpíadas, pois esse investimento depende de ações a longo prazo.

Para o professor da UFMG, no entanto, o governo brasileiro incentiva a prática esportiva no sentido social, o que reflete na redução de gastos com saúde e criminalidade, por exemplo. “A cada R\$ 1,00 empregado no esporte, economizamos R\$ 4,00 na área da saúde. E, como uma medida não só de formação educacional, a cada R\$ 1,00 no esporte, reduzimos R\$ 3,00 de gasto com a criminalidade”, avalia. Uma boa referência de iniciativas dessa natureza é o projeto “Futebol Minas pela Paz”, em Belo Horizonte, organizado pelo Instituto Minas Pela Paz, que alia cidadania, futebol e educação, tira crianças das ruas, atraídas pela prática esportiva, e associa a isso aulas de reforço escolar, meio ambiente e cidadania. Costa comenta que o projeto, inclusive, já lançou jogadores à vida profissional. Ele pontua, contudo, que, para a formação de atletas de alto rendimento, existe um gargalo; especialmente na formação de treinadores e gerenciadores do esporte.

Lo Bianco vê também no esporte um importante caminho para reduzir a exclusão social. Mas, em termos esportivos, ele afirma que o Pan 2007 não trouxe grandes inovações. “Algumas modalidades tiveram a oportunidade de maior exposição e atração de investimentos para atletas-revelação, como o caso da ginástica e de alguns nadadores. Houve uma mobilização do Comitê Olímpico e do governo federal em relação ao desempenho do Brasil nos Jogos, o que se traduziu no quadro de medalhas, até mesmo pelo incremento ao Bolsa Atleta. Mas para o ciclo olímpico, os investimentos ainda são tímidos”, avalia. No âmbito da formação de novos atletas e incentivos às diversas modalidades esportivas, Lo Bianco afirma que, infelizmente, permanecem no Brasil, de forma geral, os esforços pessoais e heroicos, apesar de uma crescente participação do Comitê Olímpico e do governo federal.

Costa acrescenta que a formação de atletas de ponta é um processo longo e que, para se ter profissionais de destaque nas Olimpíadas de 2016, o trabalho já deveria ter sido iniciado antes, com boas estruturas e bons treinadores. “O Brasil se preocupou com atleta de ponta, com estádio de ponta, mas não se preocupou com treinador de ponta. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) tem um curso de formação de treinadores, mas que vão se formar no ano que vem, não vão trabalhar com atletas que vão disputar a próxima Olimpíada, por mais que o curso seja bom. Isso deveria ter começado a ser feito lá atrás”. O professor da UFMG lembra que em algumas modalidades, como o handebol e a ginástica, que conquistaram medalhas em outros campeonatos, os treinadores eram estrangeiros.

Como legado positivo, Costa aponta que a Lei de Incentivo ao Esporte, que permite a destinação, pelas empresas, de 1% do imposto devido para ações de apoio a atividades esportivas, é uma grande conquista e veio graças às movimentações geradas pela Copa e pelas Olimpíadas. “Ao invés de o dinheiro ir para o governo que, teoricamente, poderia fazer mau uso, esses recursos vão direto para a sociedade. Isso eu acho importante”.

Já no caso do futebol, tanto Costa quanto Lo Bianco classificam como um caso à parte. “Há, sim, investimento de base, desde as escolas até campeonatos regionais, locais, nacionais etc. Ou seja, há uma estrutura para essa modalidade que diversas outras não têm. O vôlei, hoje, cresce cada vez mais nesse sentido, mas também ainda carece dessa ligação entre a base e a ponta, como o futebol”, afirma Lo Bianco. Entretanto, argumenta, problemas existem até mesmo no futebol. “São conhecidos os problemas com as federações e a forma como se dá a exploração comercial dos atletas. O desafio para todos os esportes é comum: voltar-se para o trinômio cidadania/esporte/educação; e a partir do fomento do esporte em conexão com a educação, podem ser criados novos valores, habilidades, ideias; enfim, oportunidades na base”.

Em relação a 2016, entretanto, Lo Bianco é otimista. “Vejo com bons olhos o esforço de reforma da região portuária, por exemplo, o que tirou o foco exclusivo de uma área de alta especulação imobiliária como é a Barra da Tijuca, sede de grande parte dos eventos. Todavia, precisamos cobrar o poder público sobre o modelo de reforma e posterior utilização da região. Se a ideia é atrair apenas investimentos privados, grandes empresas, como fica a população da região da Gamboa e da Providência que, certamente, não acompanhará o aumento de preços consequente a essas modificações? A prefeitura fará valer o programa Morar Carioca, que visa dar melhores condições de moradia nessas regiões carentes, sem aumentar o preço das residências?”

Herança para a mobilidade urbana

Para a arquiteta e urbanista Valeska Peres Pinto, especialista em geografia urbana e consultora da Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP), o Brasil e o mundo assistem ao fenômeno de governos em geral e, em particular, de cidades entrarem na onda da promoção de grandes eventos como fator de canalização de recursos e estímulo à promoção da renovação urbana. Ela, porém, alerta que o balanço é mitigado, com aspectos positivos e negativos. A urbanista exemplifica que Barcelona divulga como positivos seus legados dos Jogos Olímpicos; Lisboa transformou a região da ExpoMundial num espaço novo e vibrante; Beijing divulga com orgulho os seus feitos nos Jogos Olímpicos; mas mesmo nesses casos, os balanços apontam perdas e ganhos para as cidades, sua população e seus governos. “Megaeventos são ações tópicas, que devem ser vistas dentro dos seus potenciais e limitações. São importantes para as cidades como estímulo à sua modernização, mas não podem estar no centro da sua concepção. Os megaeventos não têm o condão de resolver os problemas desse complexo urbano que é a megalópole de São Paulo”, exemplifica.

De acordo com a urbanista, num plano realista, a Matriz de Responsabilidade foi um esforço interessante de cooperação entre federação, estados e municípios que se deparou com muitas debilidades das partes, sobretudo, no tocante à gestão de projetos e sua execução. “O Trem de Alta Velocidade (TAV), por exemplo, não pode ser colocado nesse pacote. É um projeto estratégico que vem sendo discutido há quase 20 anos e enfrenta obstáculos que mesmo a Fifa não seria capaz de enfrentar”.

Sobre as conquistas para a mobilidade, ela destaca que as obras avançaram mais nas cidades onde já existiam planos de transporte apoiados em modelos tronco-alimentados. “O melhor exemplo é o de Belo Horizonte. E o Rio de Janeiro é um caso específico, porque o ciclo de grandes eventos na cidade, além de mais intenso, é mais longo; e os Jogos Olímpicos sempre foram o foco das atenções”. No Nordeste, ela acredita que os

avanços serão mínimos. “Com a argumentação de que essa região tem potencial e tradição para receber muitos turistas, não teremos grandes avanços na política nacional de turismo e ficaremos só no grande potencial e na improvisação”.

O êxito de Barcelona

Mas se existe uma imagem ou referência na qual qualquer cidade que sedia megaeventos gostaria de se espelhar, ela seria a de Barcelona, pelo legado deixado à população. Xavier Iglesias, doutor pela Universidade de Barcelona e professor catedrático do Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (INEFC) conta que “a principal herança dos Jogos Olímpicos foi uma absoluta transformação da cidade. Existiu um grande planejamento do evento olímpico, no qual se desenhou um modelo de cidade graças à previsão dos efeitos a longo prazo de todos os investimentos realizados em Barcelona”.

Iglesias cita, também, que os Jogos de Barcelona contribuíram para melhorar o esporte de alto rendimento mediante à proliferação de estruturas de modernização esportiva e centros de alto rendimento, ao aumento do investimento econômico às federações e programas esportivos e, também, à construção de novas instalações esportivas. “A herança direta dos Jogos determinou a aparição de novas instalações esportivas, mas as décadas que seguiram o evento de 1992 desenharam um cenário de amadurecimento esportivo do país em todos os níveis. Sem dúvida os Jogos de 1992 foram elemento catalizador de todo esse processo”.

Membro e gestor do Comitê Organizador do evento, em 1992, ele destaca, ainda, que os Jogos Olímpicos transformaram totalmente a fachada marítima da cidade. “A área portuária e seu entorno foram recuperados, um novo bairro foi criado graças à construção da Vila Olímpica. A cidade ganhou anéis viários que envolvem toda Barcelona, facilitando os deslocamentos. A Vila Olímpica, de frente para a orla, se converteu em um bairro residencial com grande qualidade de vida, com edifícios empresariais, centro de atenção primária, uma biblioteca pública, universidades, centros comerciais e um ponto de atração para muitos cidadãos por sua extensa oferta de lazer. Avanços foram registrados nas áreas de lazer, com a criação de novos parques, novas estruturas viárias, incremento à rede de transportes urbanos e melhorias na estrutura de telecomunicações”.

Todo o legado não ficou restrito somente à cidade. Iglesias comenta que o fenômeno olímpico incidiu positivamente nas subsedes e seus municípios também. Para justificar o êxito, ele cita que “a grande estratégia foi planejar e canalizar os investimentos com base na cidade, a serviço da cidade. Se valorizaram as necessidades de Barcelona e se projetaram os benefícios que a cidade devia conseguir”.

Segundo Iglesias, o Brasil não pode perder a oportunidade de pensar no país, pelo país e para o país. “Em Barcelona 92, foi feito assim e o êxito foi a transformação de uma cidade, o amadurecimento de uma sociedade e o florescimento de um país.” Para o Brasil, mesmo com todas as faltas cometidas até o momento, o placar final desse jogo só o tempo mostrará. Será que aprenderemos a lição?